

**Sonegação
faz mal à saúde
e à educação!**

Associação dos Docentes

Adusp INFORMATIVO
Universidade de São Paulo

**Por que o Cruesp
esconde suas planilhas
desde abril de 2008?**

Andes diz não ao sindicalismo oficial

A liberdade de organização sindical e a defesa das nossas conquistas e da nossa história foi o tema do III Congresso Extraordinário do Andes-SN, realizado em Brasília-DF, de 19/9 a 22/9.

O enfrentamento da conjuntura política adversa — em função das tentativas do governo federal e da CUT de interferir na nossa organização sindical autônoma, criando obstáculos quanto ao reconhecimento da condição legal do Andes-SN como representante do conjunto dos docentes de ensino superior — exigia um Congresso forte, representativo das diferentes posições existentes no movimento. Exigia um Congresso que, sobretudo, nos preparasse para a luta contra os ataques e a criminalização dos movimentos sociais autônomos no país, desferidos pelo Governo Federal e por entidades sindicais atreladas ao governo.

Foi isso que vimos acontecer em Brasília. Já na plenária de abertura, as entidades presentes destacaram a importância histórica e política do Andes-SN como um dos protagonistas das lutas sociais e da defesa da Educação

Pública e Gratuita em nosso país, manifestando sua solidariedade ao nosso Sindicato. O Congresso reuniu 331 participantes de 62 Seções Sindicais de todo o país e a Adusp se fez representar com uma delegação quase completa: 10 delegados, de 11 possíveis.

As discussões se desenvolveram de forma participativa, com amplo e democrático debate, no qual se reafirmou o Andes-SN como o único e legítimo representante dos professores de ensino superior de todo o país. A tentativa de fundação de um sindicato nacional de docentes das instituições federais de ensino superior, por parte da CUT e do Proifes (ver Informativo Adusp 266 e 267), foi repudiada pelos delegados, por ter sido entendida como afronta direta à democracia e autonomia sindicais.

Para enfrentar tal conjuntura, o III Congresso Extraordinário aprovou um calendário de mobilizações, em âmbitos local, regional e nacional. “A culminância das diferentes ações apontadas como plano geral de lutas do Sindicato para esse período deverá ser a realização de

um grande ato político em Brasília, em frente ao Ministério do Trabalho e Emprego, em defesa do Andes-SN, pela reversão da suspensão de seu registro sindical”, frisou a Carta de Brasília, aprovada ao final do congresso.

A efetividade de nossas ações depende de enfrentar o desafio de retomar a participação e mobilização intensas, mantendo nossa unidade.

Neste momento, dizer não ao sindicalismo oficial, assim como ao imposto sindical, é lutar pela liberdade e independência sindical e, dessa forma, continuar os compromissos históricos do Andes.



Aspectos do Congresso: acima, votação em plenário; abaixo à esquerda, a delegação da Adusp; abaixo à direita, o professor Ciro Correia, presidente do Andes



Catilho: listas erradas e prazo não cumprido

Com o objetivo de preparar uma lista incontroversa de beneficiários da ação do gatilho e de identificar as divergências, Adusp e Reitoria vêm realizando reuniões desde 2007. Na última delas, em 14/8/2008, o vice-reitor Franco Lajolo, declarou que a Reitoria viabilizou maiores recursos humanos e ma-

teriais para acelerar a elaboração da lista. Na ocasião, a Reitoria se comprometeu a marcar um novo encontro, até 18/9, quando deveríamos encerrar a preparação da lista incontroversa. Esse prazo não foi cumprido.

Mesmo com mais recursos humanos e materiais, as últimas listagens que a Rei-

toria nos enviou por correio eletrônico continham erros. Em 5/9/08, recebemos uma lista com 171 nomes acompanhada de mensagem afirmando que eles não constavam da lista inicial do processo.

Analisamos a lista e, em 10/9, respondemos que apenas 1 dos 171 não estava na

inicial. Em 12/9 recebemos mensagem da Reitoria pedindo que ignorássemos a lista dos “171” e apresentando nova lista, agora com 95 nomes, que supostamente não estariam na inicial. Outra vez a listagem apresentava falhas, preocupantes no atual estágio do trabalho. Dos 95 nomes, 68 estão

na inicial. Enviamos à Reitoria, por correio eletrônico, nossos comentários.

Em 25/9 telefonamos para a Reitoria solicitando maior cuidado na preparação das listas. Também pedimos rápido agendamento de nova reunião e até o fechamento desta edição não tivemos retorno.

Codevasf suspende convênio com a Fundespa

Ilegalidades são apontadas pelo TCU

A Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), empresa estatal federal, suspendeu, em 1º/9, convênio com a Fundação de Estudos e Pesquisas Aquáticas (Fundespa), no valor total de R\$ 48 milhões, destinado à execução de ações no Projeto Hidrovia do rio São Francisco, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

A decisão da Codevasf prende-se à conclusão de uma auditoria interna, que apontou graves irregularidades na execução do convênio em relação ao desembolso de recursos, ao descumprimento do plano de trabalho e ao aditamento que elevou os custos dos cerca de R\$ 11,5 milhões inicialmente previstos para

R\$ 48 milhões.

No dia 4/9, examinando esse mesmo convênio, o Tribunal de Contas da União (TCU) constatou uma série de ilegalidades e determinou que a unidade local da sua Secretaria de Controle Externo (Secex-BA) aprofunde “a análise acerca das irregularidades apontadas nos presentes autos, manifestando-se conclusivamente, com a urgência que o caso requer, no que tange à necessidade de suspender cautelarmente a execução do convênio”.

Decidiu, além disso, tomar o depoimento de várias pessoas envolvidas com a execução do convênio, entre elas o presidente da Fundespa, Luiz Roberto Tommasi, professor aposentado do Instituto Oceano-

gráfico da USP (IO); o presidente da Codevasf, Orlando Cezar da Costa Castro; e vários diretores da estatal.

“Inquestionável”?

A Fundespa é entidade privada autodeclarada de apoio ao IO. Segundo a exposição de motivos da Codevasf, a fundação foi selecionada, sem licitação, para executar o projeto em questão por ser “detentora de conhecimentos técnicos voltados ao setor hidrológico e ambiental” e por haver adquirido “inquestionável bagagem técnica” em projetos desenvolvidos para o Governo da Bahia. Mas o TCU constatou que a Fundespa “tem simplesmente contratado a execução de diversos projetos necessários à execução do empreendimento”.

O ministro relator do processo no TCU, Marcos Bemquerer, diz que a fundação contratou “serviços de engenharia para realizar investigações geotécnicas e elaborar projetos executivos de reconstrução e proteção de margens” do rio São Francisco, “serviços de levantamentos hidrográficos” etc.

Segundo Bemquerer, “a Fundespa vem realizando atividades que refogem aos seus objetivos estatutários, conduzindo certames licitatórios que poderiam ser realizados pela própria Codevasf sem que o erário fosse onerado com os elevados custos impostos pela estrutura administrativa montada pela entidade conveniente”.

Aditamento

Duras críticas foram reser-

vadas pelo TCU ao aditamento do convênio, pois “a Codevasf não encaminhou qualquer documento que comprovasse efetivamente”, “com base em critérios técnicos consistentes”, “a necessidade de se destinar mais R\$ 36.576.144,02” ao convênio com a Fundespa.

Segundo o relator, “o que se verificou foi a aprovação da proposta formulada pela Fundespa sem que constem dos autos (...) justificativas para a adoção dessa alternativa em detrimento de outras possíveis”.

O Informativo Adusp procurou o professor Luiz Tommasi, presidente da Fundespa, para que comentasse o acórdão do TCU e a decisão da Codevasf. Ele não deu retorno aos telefonemas.

Perda de RDIDP na Poli

O professor João Batista de Aguiar é docente em RDIDP da Escola Politécnica desde 1990, tendo prestado concurso e se efetivado em 1994, também nesse regime de trabalho. Após oito anos de período experimental, o professor foi desligado e religado ao RDIDP na mesma data, reiniciando novo período experimental. Tal mecanismo, que fora utilizado contra diversos docentes, pretendia manter os professores no período experimental do RDIDP para além do tempo previsto regimentalmente.

Por ferir de modo gritante as regras estatutárias e regimentais da universidade, ele deixou de ser utilizado há mais de uma década. No entanto, o professor João Batista permaneceu em período probatório até 2006 e o Conselho do Departamento de Engenharia Mecatrônica e de Sistemas

Mecânicos decidiu, em fevereiro de 2007, pela mudança de seu regime de trabalho para RTP!! O processo teve seguimento nas instâncias da unidade que não acataram os recursos interpostos pelo professor.

O caso surpreende por inúmeras razões:

1. O professor permaneceu em regime experimental do RDIDP por 18 anos em flagrante desrespeito ao regimento da universidade que prevê um período de seis anos renovável por, no máximo, mais dois anos.

2. Os relatórios bianuais apresentados pelo professor foram aprovados e o último, em particular, contou com parecer favorável a sua permanência no regime de dedicação exclusiva.

3. O Conselho do Departamento não aprovou o parecer e decidiu pela mudança

do regime sem qualquer justificativa, conforme se verifica da leitura da ata da reunião.

4. Os recursos interpostos pelo docente nas diversas esferas da unidade não foram acatados; o recuso à Congregação tampouco foi encaminhado, conforme solicitado pelo recorrente, à instância máxima de decisão da universidade, o CO.

5. A reitora Suely Vilela, ao receber o processo da unidade, o encaminha à Cert, que decide em 13/8/2008 pela mudança do regime de trabalho.

6. Os vencimentos do professor referentes ao mês de agosto, recebidos em setembro, já foram reduzidos antes que se esgotassem as instâncias de recurso internas à universidade. Além disso foram pagos de modo que o docente fosse considerado em RTP a partir da data de deci-

são da Cert e anteriormente à ciência do processo por parte do interessado.

Acreditamos que os fatos acima relatados revelam o modo arbitrário com que a unidade e a universidade conduziram o processo, desrespeitando os mais básicos direitos de defesa e trabalhistas. Cabe reiterar que todo o processo foi conduzido de modo desmotivado e em flagrante desrespeito ao regimento da USP, aos princípios norteadores da administração pública e à Constituição Federal, no que se refere, em particular, à irredutibilidade de vencimentos.

Por tudo isso, entendemos que a Reitoria deva anular a decisão de mudança do regime de trabalho do professor João Batista de Aguiar, reintegrando-o de imediato ao quadro de docentes em RDIDP em caráter permanente.

Punição aos estudantes?

A Reitoria da USP instaurou processo administrativo disciplinar contra três estudantes que participaram de manifestação em 17/6/2008 na porta do Conselho Universitário. Em abaixo-assinado solicitando a absolvição dos estudantes, o DCE da USP afirma “A punição de estudantes por terem participado de qualquer manifestação política dentro de sua universidade não é apenas uma medida disciplinar contra os envolvidos, trata-se de um ataque à democracia brasileira, além de se constituir em flagrante desrespeito à história do movimento estudantil”. A Comissão Processante tem prazo de 60 dias para a conclusão dos trabalhos.

Perseguidos pela ditadura tornam-se professores eméritos da FMUSP

Daniel Garcia

Oito professores demitidos ou aposentados durante a ditadura militar foram homenageados na última sessão especial da Congregação da Faculdade de Medicina da USP (FMUSP), em 18/9.

Erney Felício Plessman de Camargo, Luiz Hildebrando Pereira da Silva, Luiz Rey, Michel Pinkus Rabinovitch, Pedro Henrique Saldanha e Thomaz Maack foram simbolicamente reincorporados ao corpo docente da FMUSP, agora como professores eméritos. Isaias Raw, que já possuía o título, recebeu a medalha “Arnaldo Vieira de Carvalho”.

O professor Marcos Boulos, diretor da FMUSP, definiu a homenagem como um espaço para “repactuar a história”, recuperando trajetórias interrompidas com violência e destacando o prejuízo causado por tais ausências ao desenvolvimento da universidade. “A perda dessas competências atrasou e muito o crescimento da nossa casa. Até hoje sentimos as consequências da arbitrariedade praticada”, observou.

“Exílio interno”

Pedro Saldanha, dirigindo-se aos presentes e aos “companheiros de tortura”, rememorou os expurgos, que atingiram principalmente os departamentos de Parasitologia e Bioquímica, numa época em que “reuniões científicas interdepartamentais eram consideradas subversivas à ordem política e social vigente”.

Além dos oito homenageados, foram lembrados os professores já falecidos que também sofreram demissões e aposentadorias compulsórias e outros que, apesar de não terem sido forçados a deixar o país, acabaram submetidos às pressões de um “exílio interno”.

Entre eles, Luiz Hildebrando destacou a figura de Samuel Barnsley Pessoa que, ao testemunhar a perseguição a seus colegas, teria jurado nunca mais pôr os pés na faculdade: “Ele foi para o [Instituto] Butantã porque, como ele dizia, trabalhar com cobra não dava IPM [Inquérito Policial Militar]”.

Em meio à diversidade de tendências políticas existentes entre os docentes perseguidos, de antigos militantes comunistas a professores que sequer podiam ser considerados “de esquerda”, o professor Thomas Maack identifica um traço comum, que despertou a ira ditatorial: a defesa da reforma universitária.

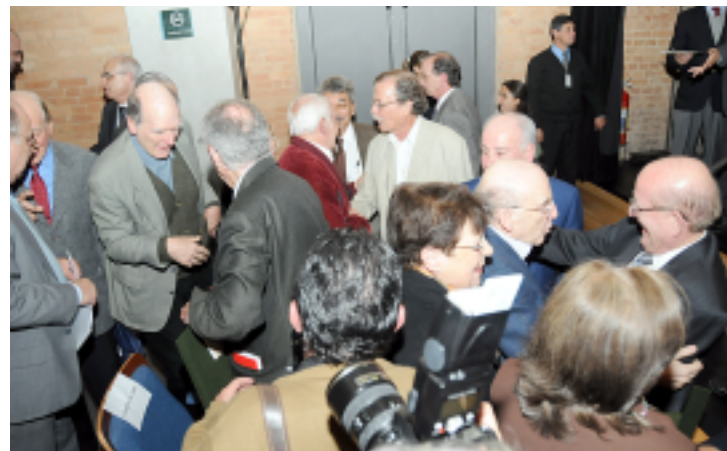
Sua “subversão”, relatou Maack ao Informativo Adusp, residia na luta pelo fim da cátedra vitalícia e pela renovação do currículo, na defesa da representação de professores não titulares e de estudantes nas instâncias decisórias da universidade, e na preocupação com a saúde pública e o

papel social da universidade.

Novas reparações

“A própria universidade foi a disparadora de um processo de vitimização de seus docentes por questões ideológicas — ou até não ideológicas, acadêmicas”, disse o professor Boulos, lembrando as informações reveladas, em 1978, pela publicação da Adusp O livro negro da USP, relançada em 2004 sob o título O Controle Ideológico na USP (1964-1978).

“Hoje, nós não pensamos mais assim, temos que aceitar a diversidade de pensamento, a diversidade de conhecimento — esse é o ideal que nós levamos adiante”, explicou o diretor da FMUSP. Ele declarou ao Informativo Adusp que a faculdade prepara-se para estender o processo de reparação histórica a outros membros da instituição, entre os quais médicos do Hospital das Clínicas e estudantes perseguidos por sua militância política.



Após a cerimônia: amigos se reencontram

Também está sendo preparado um documento histórico reunindo depoimentos sobre a época, previsto para ser publicado no centenário da FMUSP, em 2012.

Greve estudantil

O ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, que participou da homenagem, lembrou sua passagem pela faculdade, entre 1969 e 1970, e a greve estudantil então desencadeada contra a cassação dos pro-

fessores Isaias Raw e Alberto Carvalho da Silva. “Quero agradecer ao professor Gerard Malnic, que teve a coragem de ser minha testemunha de defesa na Auditoria Militar no momento em que todos sabiam que isso podia lhe custar investigação, problemas na carreira”, disse Vannuchi.

Também estiveram presentes o secretário da Casa Civil do Estado de São Paulo, Aloysio Nunes Ferreira Filho, e o secretário de Estado da Saúde, Luís Roberto Barradas Baratta.

Reitoria proíbe debate no campus de Ribeirão Preto

O Conselho de Representantes da Adusp do Campus de Ribeirão Preto aprovou em 22/9 nota contra a proibição, pela Reitoria da USP, de realização do debate dos candidatos a prefeito daquela cidade no campus de Ribeirão Preto, bem como de sua transmissão pela Rádio USP Ribeirão. A seguir, a íntegra da nota:

“A Diretoria da Adusp Regional Ribeirão Preto vem a público parabenizar os colegas organizadores do Fórum Ética na Política, bem como manifestar sua surpresa e descontentamento pela proibição de sua realização em nosso Campus. Proporci-

onar discussão dessa natureza, inclusive com a participação do Juiz Eleitoral e a presença de todos os candidatos ao cargo de Prefeito de Ribeirão Preto é uma oportunidade louvável para o exercício da cidadania e da democracia, prevalecendo o debate e não simplesmente a propaganda eleitoral.

Num momento como o atual, em que presenciamos grande descrença por parte da comunidade acadêmica pela política, referida oportunidade contribuiria enormemente na formação crítica e ética dos estudantes.

Assim, não podemos deixar de discordar da interpreta-

ção dada pela Consultoria Jurídica (CJ) sobre a proibição legal da realização do referido evento em nosso Campus, eis que o objetivo da legislação eleitoral citada é apenas de coibir a utilização do espaço público em benefício de candidato, partido político ou coligação, e não do debate democrático como o pretendido, com ampla divulgação pela Rádio USP Ribeirão.

Aliás, em perfeita sintonia com os princípios democráticos que constituem um dos pilares da nossa sociedade, o artigo 22 da Resolução TSE nº 22.718/2008 é claro ao garantir a realização de debates sobre as eleições e sua transmis-

são, por emissora de rádio ou televisão.

Aproveitamos a oportunidade para manifestar nossos sinceros votos de que a CJ seja igualmente ágil e rigorosa na avaliação de tantas outras matérias relevantes que permeiam nossas atividades, tais como a utilização de espaço público da USP pelas fundações privadas, os cursos pagos nos diferentes campi, os contratos precários, o descumprimento da LDB na eleição para Reitor, e, por fim, a Ação do Gatilho.

Debater política é ciência e função essencial de uma universidade pública!”

“Instituto de Aprendizado Eletrônico”?

A proposta de criação de um Instituto de Aprendizado Eletrônico (IAE), formulada por uma comissão especial, foi encaminhada pelo Conselho Universitário (CO), em sua sessão de 2/9, à Comissão de Atividades Acadêmicas (CAA) para que lá se discutam os fortes questionamentos, em especial da representação discente.

A reunião do CO estava convocada inicialmente para o dia 26/8. Seu adiamento ocorreu, segundo um dos representantes da pós-graduação, Pedro Silva Barros, porque a Comissão de Orçamento e Patrimônio (COP) decidiu, em sua reunião de 18/8, rejeitar a proposta de criação do IAE: “A proposta chegou à COP antes de a CAA deliberar sobre ela. Para acelerar o processo, resolvemos levantar questões mínimas, objetivas para apreciar o tema”, conta Pedro. O estudante explica que “a proposta não estava nada clara — e não apenas para a representação discente”.

O professor Gil da Costa Marques, presidente da Comissão Especial para tratar de Aprendizado Eletrônico na USP, remeteu à COP as respostas às questões levantadas. Mas o representante discente sentiu-se ofendido pelo teor das respostas: “Ele dá respostas ‘recorta e cola’, como se a gente não tivesse lido o projeto original. Tanto que o professor-relator [da COP] não quis ler as respostas”, revela Barros.

A COP rechaçou, por 4 votos a 3, o parecer do relator, apresentando como alternativa ao Instituto a criação de uma Coordenadoria para o Programa de Aprendizado Eletrônico. “Uma coordenadoria é muito mais facilmente revogável. Se não for

o melhor caminho, que se volte atrás. Como o processo chegou sem pé nem cabeça, não havia a explicação de por quê tinha de ser um Instituto”.

Interrupção

Após este trâmite, a representação discente no CO redigiu uma carta sobre o IAE para a reunião de 2/9. Porém, no debate realizado no CO, a estudante Ester Rizzi teve seu tempo de fala interrompido pelo professor Gabriel Cohn, diretor da FFLCH, sob a alegação de que a leitura da carta produzida pelos representantes discentes redundava com as cópias impressas recebidas por todos os conselheiros. Barros reclama: “A leitura de um texto pequeno não ia tomar cinco minutos. A consequência do ato dele [Cohn] foi um prejuízo para nossa argumentação”.

Os estudantes questionaram a generalidade da proposta, falhas na justificativa e a falta de discussão sobre o papel do Aprendizado Eletrônico (AE) e do Ensino a Distância (EaD) na USP com atores importantes como, por exemplo, a Faculdade de Educação. “Parece-nos que a proposta é simplesmente ‘ampliar a oferta de cursos de nível superior no Estado de São Paulo’ (Resposta do Prof. Gil da Costa Marques aos questionamentos feitos pela COP, folha 21-frente), sem se preocupar com que tipo e com qual qualidade este ensino superior será oferecido e se faz sentido a USP, como um centro de excelência, oferecê-lo”, registra o documento.

Essa crítica também é feita pela professora Lighia B. H. Matsushigue, da diretoria ampliada da Adusp: “A problemática geral é que você tem todo um conjunto

de ações, não só na USP, mas em todo lugar, para alcançar o ensino a distância à condição de ensino válido, por si só”. Isso preocupa a professora no tocante à formação de docentes para a educação básica.

“Faltam professores em certas áreas, especialmente áreas científicas, como a matemática. Agora, pessoas que nunca tiveram envolvimento maior com a parte pedagógica propõem um instituto para concentrar todas as atividades de AE e EaD, e também canalizar dinheiro da Univesp. Isso está descendo de uma forma que parece indicar apenas o interesse de algumas pessoas em ter um espaço de mando.”

Barros estranha o fato de um projeto de conteúdo tão polêmico haver chegado ao CO sem nenhum histórico de contraditório: “[Isso] é uma picaretagem para o pessoal do ensino básico da rede pública, que não tem nível superior, conseguir um diploma. O que surpreende é que a Faculdade de Educação não tenha sido consultada. Esse trâmite a toque de caixa é reflexo da certeza, de alguns, de que o conselho [CO] é facilmente controlável”.

Referência?

O IAE é justificado, entre outras coisas, pela “crescente demanda de profissionais qualificados para o desempenho das novas funções da era da informação e comunicação”, e pretende tornar a USP um “padrão de referência para a educação a distância no Brasil”. Se aprovado, o Instituto coordenará os cursos ministrados pela USP para a Univesp. O primeiro projeto seria a criação de uma Licenciatura em Ciências através de EaD.

O professor Gil da Costa Marques, da Coordenadoria de Tecnologia da Informação (CTI), sustenta que não há relação imediata entre o IAE e a Univesp, embora a proposta cite que a criação do instituto “permitirá à USP, num primeiro momento, atrair recursos da ordem de 15 milhões de reais referentes ao programa Univesp” (p. 17). Segundo ele, as propostas de criação tanto da Licenciatura quanto de um órgão para o Aprendizado Eletrônico remontam à gestão Melfi.

No GT então criado, afirma, existia pelo menos um profissional da área da Educação (e ele lembra que na atual comissão há um representante da Pró-Reitoria de Graduação). “A professora Suely [Vilela] gostou da ideia de ter um órgão para pensar o aprendizado eletrônico. Essa comissão foi montada com base na co-

missão anterior”, declarou Marques ao *Informativo Adusp*.

Ele não responde se a melhor escolha para formar docentes para a educação básica é o EaD, mas avalia que pode ser a mais rápida: “A Sociedade Brasileira de Física aponta a existência de 50 mil professores de Física no Brasil que não têm um diploma universitário. Nós estamos formando cerca de 300 professores de Física nas licenciaturas por ano. Nesse ritmo, nunca vamos formar todos esses que precisam”.

Segundo Marques, a escolha pelo formato de Instituto parte do princípio de que uma Coordenadoria é um órgão administrativo, enquanto o primeiro permite avançar na área da pesquisa. Ele também afirma que os custos não costumam variar de um modelo para o outro.

Representantes se reúnem

O Conselho de Representantes da Adusp, reunido em 26/9, discutiu uma extensa pauta. Inicialmente foram dados informes sobre a Ação do Gatilho; a Campanha Salarial 2008; a Lei Complementar 1049, que trata do “Incentivo à Inovação Tecnológica”; e os Projetos de Lei Complementar 47, 48 e 49 que criam empregos públicos nas universidades estaduais paulistas.

A discussão sobre a Sexta Etapa de Desprecarização partiu de uma avaliação das informações disponíveis e deliberou por solicitar à Reitoria audiência específica para discussão dos casos em que os docentes contratados foram preteridos nos seus respecti-

vos concursos.

Também foi uma breve discussão inicial da proposta de criação do IAE. O Conselho deve aprofundar o debate na próxima reunião.

Foram discutidas, também, as decisões do Congresso Extraordinário do Andes-SN. No início da reunião foi apresentado vídeo produzido pelo Andes-SN contendo os incidentes do dia 6/9, em que houve a tentativa do Proif de criar outro sindicato dos docentes federais.

Lembramos que as reuniões do CR são abertas a todos os docentes associados. Elas acontecem uma vez por mês na sede da Adusp.